

# O PAPEL DA MODERNIDADE NO ROMPIMENTO DA TRADIÇÃO: AS POLÍTICAS DA SEAP COMO DISSOLUÇÃO DO MODO DE VIDA DA PESCA ARTESANAL

Sandro Augusto Teixeira de MENDONÇA<sup>1</sup> e Norma Felicidade Lopes da Silva VALENCIO<sup>2</sup>

## RESUMO

Neste artigo foi realizada uma análise sociológica das políticas públicas relativas à pesca cujo objetivo busca transformar o valor tradicional da pesca artesanal em um valor superável pela modernidade. Tais políticas fomentam novos significados, relações e tecnologias para o setor pesqueiro através de um modelo de modernização da pesca que não considera o saber e o fazer tradicional. Para tanto, realizou-se uma análise sociológica, no contexto da *Modernidade Tardia*, como suporte da interpretação de pesquisa documental de registros e discursos oficiais da SEAP. Modernidade e tradicionalidade foram examinadas como categorias essenciais para o entendimento da supressão dos meios e modos de vida da tradição, como da pesca artesanal, no escopo das políticas formuladas para o setor pesqueiro no Brasil. O estudo conclui a existência de grande distância entre o discurso e a prática das políticas anunciadas pela SEAP em 2003, e como o projeto de modernização da pesca em curso supera o valor da tradicionalidade da pesca artesanal.

**Palavras-Chave:** Modernidade Tardia; Modo de Vida da Pesca; Pesca Artesanal; Políticas Públicas de Pesca; Sociologia Ambiental; Tradição e Modernidade

## THE ROLE OF MODERNITY IN THE DISRUPTION OF THE TRADITION: THE POLICIES OF THE SEAP AS DISSOLUTION IN THE WAY OF LIFE OF ARTISANAL FISHERY

### ABSTRACT

In this article a sociological analysis of the public policies related to the fishing, whose objective is to transform the value of artisanal fishery in a surmountable value by the modern practice, was performed. Such policies promote new meanings, relationships and technologies for the fishing section through a modernization model of fishing that doesn't consider the knowledge and traditional making. For that, a sociological analysis was performed in the context of the Late Modernity, as a support to the interpretation of documentary research of recordings and official speeches of SEAP. Modernity and tradition were examined as essential categories for understanding suppression of traditional way of life, like artisanal fishery, in the mark of the formulated policies for the fishing section in Brazil. The study concludes the existence of great distance between the speech and the practice of the announced policies by SEAP in 2003, and how the cited project of modernization of the fishing in course overcomes the value of the traditional artisanal fishery.

**Key words:** Late Modernity; Way of Living of Fishing; artisanal fishery; Public Policies of Fishing; Environmental Sociology; Tradition and Modernity

---

**Artigo Científico:** Recebido em 22/08/2007; Aprovado em: 17/05/2007

<sup>1</sup> Sociólogo, Doutorando do Programa de Ciências da Engenharia Ambiental da EESC/USP. Apoio: CNPq.  
e-mail: satmendonca@gmail.com

<sup>2</sup> Docente do Depto de Ciências Sociais da UFSCar e Professora Colaboradora do Programa de Pós Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental/EESC-USP. e-mail: normaf@power.ufscar.br

## INTRODUÇÃO

Políticas públicas relativas à pesca objetivam transformar o valor tradicional da pesca profissional artesanal em um valor superável pela modernidade. Para tanto, fomenta novos significados, relações e tecnologias desta atividade que remonta a muitas gerações nos rios e mares do Brasil.

Podemos suspeitar que o limite da fronteira entre a tradição e a modernidade seja bastante nítido, no que indica que as estratégias de suplantação de uma pela outra sejam fáceis e lineares. Mas, ao contrário, são limites tênues. Os riscos intrínsecos desta transformação são pouco considerados uma vez que a matriz de escolha racional e objetiva ainda crê na possibilidade de controlar os resultados das modificações geradas a partir dos benefícios prometidos pela modernidade. Nos discursos que anunciam as soluções técnicas no setor pesqueiro ainda não cabem a dialogicidade com outras racionalidades, nem tampouco as incertezas quanto aos efeitos do progresso. Existe, porém, mais do que a escolha racional entre o ambiente político onde emerge as decisões e o contexto socioambiental onde a pesca se desenrola.

Para a modernidade, a tradição não estaria desempenhando mais nenhum papel eficiente na expansão do desenvolvimento humano incluindo a pesca praticada como trabalho e modo de vida.

A pesca profissional artesanal, por que é uma atividade utilizadora de recursos naturais, ou melhor, exploradora de recursos silvestres, passa a ser representada, por muitos, incluindo políticos e acadêmicos, como uma atividade causadora de alguma forma de degradação ambiental. O fato da atividade não estar associada diretamente à concepção de cadeia produtiva artificializada atua como imagem habilmente manipuladora para tomar o significado de predação isto é, de que a exploração não considera as necessidades de reposição natural dos estoques, o que é um equívoco que o acompanhamento de uma rotina da pesca é capaz de desfazer. Outro equívoco associado é o de que, sem as restrições políticas de fiscalização, a prática de respeito à reposição natural dos estoques pesqueiros não é realizada pelo pescador, ou seja, é um risco que só com os constrangimentos coercitivos do arcabouço legal da modernidade seria possível eliminar, enquadrando o grupo cujas práticas são resquícios da tradição. Somente com o uso de processos e técnicas ditos racionais a sustentabilidade da pesca seria alcançada

e, assim, o futuro da “proteção ambiental” seria mantido sob controle e estaria garantido em termos do que é aceitável pela modernidade.

Entretanto, segundo GIDDENS *et al.* (1997), os riscos se tornaram o estado normal da modernidade e, no uso social da natureza, são ainda maiores e mais marcantes quando derivados da escala industrial em que se dá a exploração do que na base artesanal.

A *organização social* da pesca artesanal, vista através de seus processos e de suas formas de interação, produz um *sujeito social*, o pescador, dotado de conhecimento tradicional que viabiliza não só sua atividade profissional, mas, também, sua reprodução sócio-cultural em bases comunitária. Todavia, a institucionalização da pesca nos remete a outro grupo social – formado pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (SEAP/PR) –, dotado de outra forma de conhecimento que viabiliza uma estrutura político-burocrática que, por sua vez, conforme dissemos, formula o seu próprio poder, se mantendo nele e nele se reproduzindo. Assim, ao falarmos em políticas de pesca, identificamos os grupos e os valores não endógenos ao processo de trabalho da pesca, mas um outro grupo que representa o espaço macro-envolvente.

A existência da pesca artesanal deixa, então, de ter sua rotina condicionada pelo lugar e passa a se subordinar a um contexto mais amplo no qual são estabelecidas relações assimétricas de poder.

No que concerne à pesca, a caracterização da *estrutura e dinâmica social* em bases *comunitária* não se limita a um contraponto, atrasado, do estilo de vida *societário* impingido pela SEAP. Trata-se de uma outra lógica, na qual o modo de vida elabora outros significados do exercício do trabalho e da interação socioambiental.

Frente a esse contexto, objetiva-se realizar uma sucinta análise sociológica que visa transcender a distinção vulgar entre um estilo de vida simples – *comunidade* – e outro sofisticado – *sociedade*, posto que estão em simultaneidade na construção de identidades e disputas políticas e simbólicas. Quer-se suscitar uma discussão e, portanto, indicar um argumento, dentre os tantos possíveis, para constituir, no interior do debate contemporâneo sobre o futuro da pesca e as relações com o Estado, uma hermenêutica diatópica (SOUSA SANTOS, 2007).

Segundo TONNIES (1973), as *comunidades*

(*Gemeinschaft*) são agrupamentos sociais de regulação simples, compostas de grupos sociais formados à base de interesses e propósitos comuns. Sua organização social é caracterizada por relações de parentesco, relações de vizinhança e relações de compreensão, localizada numa área espacialmente restrita. Pode-se dizer que, na comunidade, todos participam de todos os bens culturais conforme as regras estabelecidas no interior no grupo e que a reprodução social, na garantia dos mínimos vitais e produção simbólica, considera a dinâmica ecossistêmica. Já as *sociedades* (*Gesellschaft*) são agrupamentos de regulação complexa. A organização societária é caracterizada pela multiplicação dos grupos e instituições sociais e estes estabelecem a ordem social. A divisão do trabalho se intensifica e diferenciam-se os segmentos sociais (e seus interesses), instalando-se um sistema de dominação. Aqui, quebra-se a homogeneidade cultural e a cultura é total ou parcialmente monopolizada pelas camadas dominantes. Observa-se que a diferença sociológica entre comunidade e sociedade independe das funções sociais e de cultura peculiares à 'área de vida comum', mas é pressuposto que, em comunidade, tem-se um aspecto *orgânico* ao mesmo tempo que funcional da vida comum. Assim, o conceito de comunidade, do ponto de vista sociológico, é compreendido como processo integrativo de identidade e lugar. Isto é, na comunidade, o grupo se dá conta do território - seus fixos e fluxos naturais, potenciais e limitações de uso - como forma de constituir-se a si próprio, tal como os pescadores artesanais. Segundo FREYRE (1945, p.128-129), "*várias comunidades podem existir dentro de uma comunidade maior. Sirva de exemplo o fato dos jangadeiros do Nordeste existirem, como comunidade, dentro da comunidade de pescadores brasileiros do litoral e da comunidade brasileira, em geral, à qual pertencem tantas outras comunidades (...). Ao mesmo tempo, pode-se falar de uma sociedade brasileira, sempre que se pretenda salientar o que há de simplesmente funcional no conjunto de relações sociais que formam sociologicamente o Brasil, independente do que este significa orgânica e, ao mesmo tempo, sociologicamente, como habitat, como espaço físico-social, como unidade bio-social inter-relacionada e inter-dependentes - a unidade de estudo dos ecologistas sociais, ou dos sociólogos regionais*".

A vivência em *comunidade* e em *sociedade* abrange as *relações sociais* e as formas de *associação* imprescindíveis aos *processos sociais*. Estes são entendidos como as diferentes maneiras pelas quais os *sujeitos sociais* e os grupos atuam uns sobre os outros, isto é, as formas

que eles se relacionam, se associam. Para que ocorra qualquer *associação* humana, seja em *comunidade* ou em *sociedade*, seja o *sujeito social* a *pessoa* ou o *indivíduo*, faz-se necessário o *contato social* - considerado a base da vida social humana (FREYRE, 1945). Dos contatos, derivam a *interação social*, na qual os *sujeitos*, ao estabelecerem comunicação, aprendem e ensinam coisas, modificam e sofrem modificações de comportamento, influenciam e são influenciados a mudar de opinião etc. No caso da interação da categoria do pescador profissional artesanal e a Secretaria de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, veremos que prepondera um tipo de *interação não-recíproca*, isto é, não dialógica, na qual o segundo tenta submeter o primeiro, rumando para um processo social básico do tipo dissociativo, isto é, o conflito (FREYRE, 1945).

O *conflito social* pode provocar *mudanças sociais* e isso pode ser bom ou ruim para uma *sociedade* ou *grupos sociais* envolvidos. Tal análise pressupõe a verificação dos interesses, dos acordos ou pactos existentes entre os membros respectivos, o que é algo processual. Assim, quando se caracterizam interações, num certo recorte analítico, designadas como conflitos, entre o pescador profissional artesanal e a SEAP, outros recortes podem tecer avaliações designadas como consensos; e ambas, no entanto, podem apontar para a ocorrência de *mudanças sociais* substantivas.

A questão central de uma análise crítica é saber como o conhecimento e as práticas tradicionais da pesca artesanal são dissolvidos pelo Estado, representado na figura da SEAP, no processo de formulação de políticas públicas para o setor pesqueiro.

## MATERIAL E MÉTODOS

Para interpretar a problemática supra, esse estudo parte de questões candentes da teoria sociológica contemporânea - como os liames entre modernidade e tradicionalidade - para, numa abordagem qualitativa de pesquisa das Ciências Sociais:

a) analisar resultados de pesquisa documental que tem como fonte central registros oficiais, como da SEAP e da FAO, além de conferências internacionais e

b) analisar comparativamente discursos de representantes da SEAP e de lideranças pesqueiras, discursos estes colhidos através da observação direta e de apontamentos de campo derivados de reuniões entre os sujeitos supra.

Modernidade e tradicionalidade serão examinadas como categorias essenciais para o entendimento do fenômeno dialético que vimos assistir contemporaneamente, qual seja, o de institucionalização de um segmento da atividade econômica, a pesca, como portador das demandas do grupo social historicamente inserido na atividade, mas que, contraditoriamente, vem sufocar as práticas dos atores a quem discursivamente se comprometem a apoiar.

Vai daí, que a modernidade tardia, no bojo da qual o Estado se fortalece, mostra-se como supressão dos meios e modos de vida da tradição, como da pesca artesanal, revelando-se, assim, como política para *subsunção* do grupo pretensamente representado no aparelho estatal. A análise crítica do discurso institucional, falado e escrito, objetiva identificar nas relações sociais e nas relações de poder o modo como tais relações se dão por meio da comunicação. Práticas discursivas constroem, regulam e controlam a informação para, desqualificando outros saberes e dizeres, produzir um contexto institucional interno e externo de legitimação e, assim, impor-se ideologicamente nas relações de dominação na qual o poder se produz (FAIRCLOUGH, 1989 e 1995).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo GIDDENS (1991, p.44), “nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes”.

Desse modo, o autor afirma que a tradição, nos modos de organizar a ação e a experiências humanas, não é um valor estático ou imutável, já que tem que ser reinventada o tempo todo a cada nova geração. Ela pode resistir à mudança, mas, não é estática.

Na tradição, há também a valorização dos membros do grupo (ou comunidade), diferente da racionalidade moderna cujo incitamento à especialidade e ao individualismo é sua marca (GIDDENS *et al.*, 1997). Além disso, no campo tradicional, a natureza é entendida como sujeito e vista como algo que transcende os membros do grupo tradicional, enquanto que na racionalidade

moderna, acreditam-se no amplo controle social da natureza. O processo de modernização brasileira está associado à idéia de modernidade que avança sem rupturas significativas com o passado, com disputas contingentes entre projetos de desenvolvimento e interesses políticos-econômicos forjados em um contexto globalizado. São configurações econômicas, sociais e políticas experienciadas ao longo da história brasileira que nos levam a uma suposta configuração moderna.

Segundo TAVARES (2000), a evolução econômica, social e política da história brasileira, caracterizada pela oscilação permanente de uma ordem liberal oligárquica e um Estado interventor autoritário, passa por três ordens de fatores político-econômico geradores de conflitos e incongruências no pacto de dominação interna, a saber: “Em primeiro lugar, vêm os conflitos pela concessão de ‘garantias’ para apropriação privada do território na fronteira de expansão do capitalismo como forma patrimonial de acumulação de riqueza e poder. A exploração predatória de recursos naturais, a expulsão e incorporação de populações locais e imigradas submetidas a todas as formas de exploração conhecidas foram e são as regras do capitalismo brasileiro. Seguem-se os conflitos entre as oligarquias regionais em sua relação com o poder central, quando se trata da distribuição dos fundos públicos entre os poderes locais, que alimentam periodicamente a crise do nosso pacto federativo e dos sucessivos ‘pactos de compromisso’ da coalizão das elites territoriais oligárquicas. Finalmente, as relações entre o dinheiro mundial, o dinheiro local e as finanças públicas foram sempre a moldura que enquadrou a formação de nossas elites ‘cosmopolitas’, seu caráter mais ou menos associado com o capitalismo internacional e os conflitos periódicos entre as elites nacionais no processo de validação do dinheiro como forma de valorização geral dos capitais particulares” (TAVARES, 2000, p.19).

Neste contexto, de fatores político-econômico geradores de conflitos e incongruências no pacto de dominação interna, é que se desenvolve a indústria brasileira e, por conseguinte uma dinâmica urbana voltada mais acentuadamente aos valores da modernidade.

O fortalecimento da indústria da pesca e sua participação ativa na política do setor fazem parte do contexto acima.

A partir de 2003, quando da criação da SEAP, o

governo brasileiro deu ênfase a uma política de pesca voltada para a produção em um mercado mundial. A agenda desta Secretaria tem como referência a modernização do setor pesqueiro contemplando discursivamente o desenvolvimento sustentável e a inclusão do país no mercado global para os negócios da pesca. A fim de legitimar a acumulação no setor, adota-se o discurso de que os novos investimentos terão uma estratégia de geração de emprego, renda e inclusão social, como política indutora de equidade social e cidadania.

Tais interpretações visam agregar um conjunto diversificado de trabalhadores para constituir um novo contingente de força de trabalho, entre eles os pescadores profissionais artesanais, que atribuem sentidos diferentes às práticas pesqueiras. A política de pesca que vem sendo pensada e implementada a partir da SEAP tem seu eixo assentado na utilização de recursos tecnológicos e científicos e uma prática produtiva de alta escala para o mercado global e nacional, e sua formulação e operacionalização se dão por meio do uso do poder institucional por elites empresariais do setor.

A construção de um cenário da pesca brasileira configurado pela alta produtividade, eficiência produtiva sustentável, entre outros, articulados numa retórica de obtenção de efeitos sociais positivos, contrasta com a dinâmica extrativa de pequena escala, dos que dependem da pesca não apenas como trabalho, mas como meio de produzir e reproduzir um modo de vida tradicional.

O pescado, desde tempos imemoriais, constituiu-se em uma fonte importante de alimentos para a humanidade proporcionando, no passado tanto quanto no presente, forma de ocupação de força de trabalho e demais benefícios econômicos e fortalecimento cultural e de sociabilidade aos que a ela se dedicam.

De 1974 até 2003, as condições biológicas, geopolíticas, econômicas e sociais da pesca passaram por profundas transformações que impactam na tradicionalidade da pesca. As principais etapas desse processo foram marcadas por uma série de conferências e acordos internacionais.

De 1974 a 1982, a pressão ecológica internacional manifestou-se em todas as conferências internacionais que tratavam dos problemas haliêuticos (arte de pesca). Com o objetivo de influenciar nas decisões e regulamentações – direito ambiental compensatório, ecomarcos, entre outros –, tal pressão conseguiu fazer

surgir novos conceitos que objetivavam a estimulação de práticas de maior empenho na preservação dos recursos naturais, tal como se deu na Conferência do Direito do Mar, em Montego Bay, no ano de 1982.

Neste período, a introdução das Zonas Econômicas Exclusivas - ZEEs<sup>1</sup> e a adoção das deliberações para a Conservação das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ofereceram um novo marco para um ordenamento dos recursos marinhos, o que foi um avanço diante das posições políticas deveras enrijecidas até então. Um novo regime jurídico para o oceano passou a regulamentar os direitos e responsabilidades dos Estados Nacionais em matéria de ordenação e aproveitamento dos recursos pesqueiros dentro das suas respectivas zonas econômicas exclusivas (ZEE). A aplicação das jurisprudências nacionais constituiu um passo importante, mas não suficiente, para a ordenação de um desenvolvimento objetivando maior sustentabilidade da pesca.

Em 1991, o Comitê de Pesca (COFI) pediu a elaboração de novos critérios que levassem em conta a *pesca sustentável e responsável*. Em 1992, na Conferência de Cancun (México), adotou-se o princípio da 'pesca responsável', que objetiva a utilização de recursos e métodos de pesca e aquicultura sem efeitos nocivos para os ecossistemas.

Em novembro de 1993, em nova Conferência, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), após tomar ciência da continuidade de conflitos em torno da pesca marítima, acabou por formular o chamado *Código Internacional de Conduta para a Pesca Responsável*, que passou a ser tido como documento básico do setor pesqueiro, desde o término de sua confecção, 31 de outubro de 1995.

O *Código de Conduta Para a Pesca Responsável* (1995) atribui à pesca um importante valor do setor pesqueiro para a economia e sociedade global. Por ser o pescado uma importante fonte de alimentos e geração de renda (através do trabalho, comércio e lazer para as populações de todo o mundo), tanto para as gerações atuais como para as futuras, fez-se necessário uma política de ordenamento e gestão do setor que levasse em conta princípios e normas internacionais, previamente estabelecidas, que respeitassem o ecossistema e a biodiversidade aí

<sup>1</sup> A ZEE é a zona marítima situada ao largo das costas que podem atingir 200 milhas náuticas (370 quilômetros) na qual o Estado ribeirinho exerce direitos soberanos sobre os recursos vivos do mar.

presentes (tais como os estabelecidos não apenas na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), mas, também, na Declaração de Viena, de 1993). O referido código reconheceu ainda a importância nutricional e cultural da pesca.

Nos últimos anos, o setor pesqueiro mundial transformou-se em um setor da indústria alimentícia, relevante em certos países (como na Espanha e no Japão, dentre outros), levando-os a investirem em frotas pesqueiras cuja capacidade de exploração começou a impossibilitá-los em honrar os compromissos político-institucionais antes firmados nos fóruns internacionais que faziam menção, direta ou indireta ao setor.

Desde os anos de 1980, nota-se que os recursos pesqueiros marinhos não poderiam sustentar uma exploração tão intensa e, por conseguinte, fez-se necessário formular novos critérios de ordenamento pesqueiro que levassem em conta os aspectos relativos a sua conservação e a do meio ambiente. Assim, a aqüicultura surge, aparente e discursivamente – inclusive na visão de muitos acadêmicos e do Estado –, como alternativa única para a “sustentabilidade da pesca” dado a depleção dos estoques pesqueiros, conforme descrito anteriormente. Daí, a valorização desta atividade em detrimento da pesca em geral e da pesca artesanal, em particular.

Segundo SPERANDIO (1999), o Brasil reúne condições extremamente favoráveis à aqüicultura, apresentando grande potencial de mercado, clima favorável, boa disponibilidade de áreas, disponibilidade de farelos para a fabricação de rações animais e invejável potencial hídrico. São 5,3 milhões de m<sup>3</sup> de água doce em reservatórios naturais e artificiais, 8.000 km de zona costeira, além de uma extensa rede hidrográfica que podem ser potencialmente aproveitados na produção de organismos aquáticos. O cultivo de peixes em tanque-rede e gaiolas é a alternativa de investimento de menor custo e maior rapidez de implantação, que possibilitará um adequado aproveitamento destes recursos hídricos e a rápida expansão da piscicultura industrial no país.

Pouco se considera que, no Brasil, as pescarias artesanais são responsáveis por um elevado número de postos de trabalho nas comunidades pesqueiras e, por conseguinte, o meio de sustento de milhares de famílias. Além disso, a pesca artesanal contribui com mais de 50% da produção nacional do pescado, seja

em águas costeiras, litorâneas ou águas interiores (DIEGUES, 1995).

Face ao aumento crescente da poluição doméstica e industrial, à especulação imobiliária e às pequenas possibilidades de um aumento significativo na produção pesqueira, com exceção daquela representada pela pesca oceânica, a aqüicultura surge, aparentemente, como uma possibilidade real de apoio do pescador artesanal. A aqüicultura, discursivamente, surge como uma alternativa viável de produção de proteína nobre, de grande penetração econômica e sendo passível de ao longo de um novo processo de capacitação profissional, aproveitar-se da força de trabalho de pescadores artesanais.

Nesse contexto, a SEAP, criada pelo Governo Lula por meio de Medida Provisória, surge com o objetivo de formular políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aqüícola (MP n°103, de 1º de janeiro de 2003).

Para a SEAP, a aqüicultura não é uma possibilidade real de apoio do pescador artesanal, mas, significa o mecanismo de sua extinção. O governo Lula, na sua primeira gestão, propôs uma política de crédito para o setor pesqueiro incentivando uma progressiva conversão da atividade pesqueira artesanal para a aqüicultura em todo o território nacional. Partiu do argumento que tal política vinha como alternativa aos pescadores artesanais cujas espécies em que se baseiam sua atividade encontram-se, segundo critérios técnicos, sobreexploradas. Mas cabem divergências quanto aos métodos e as interpretações acerca do que se considera sobreexploração no contexto da questão ambiental no Brasil. De qualquer modo, a ausência de participação, ou acompanhamento, do pescador artesanal no processo de avaliação perita dos estoques bem como de consideração perita ao saber tradicional no que concerne ao *status* da pesca ou, numa palavra, de dialogicidade entre tais conhecimentos, é o que inviabiliza que uma alternativa menos radical do que a aqüicultura seja proposta como um elo possível entre tradição e modernidade.

BERKES (1997) discute a importância da participação equitativa do Estado e da sociedade na criação de estratégias comunitárias de co-gerenciamiento das atividades pesqueiras, fundamentando-se em inúmeros casos internacionais para basear sua reflexão. Segundo o autor, as experiências de co-gerenciamiento e descentralização da pesca, nas quais os órgãos do governo implicados

cedem parte de seu poder para o êxito das mesmas.

Entretanto, no caso do Brasil, isso seria ainda mais complexo do que Berkes imagina devido às políticas institucionais de órgãos, e funções dos mesmos, nos níveis federal, estadual e municipal, desencontradas e ou discursivamente muito propaladas, mas, de fato, de pouca efetividade em termos de participação social no processo de elaboração e implementação.

Segundo LIMA e PEREIRA (1997), o analfabetismo entre pescadores artesanais e, por conseguinte, sua fragilidade política, pode colocar em risco a autonomia do grupo, representado pelas colônias ou associações, quando envolvido em processos de gestão discursivamente participativos.

VALENCIO *et al.* (2003), apontam uma demanda originada dos pescadores artesanais para a criação de um ambiente de co-responsabilidade na conservação e manejo sustentáveis dos recursos pesqueiros. Mas, alertam para a importância de analisar a forma como este ambiente está sendo criado e organizado pelo Estado, como nos Comitês de Bacia, na qual a representação de populações tradicionais é mínima numericamente e desqualificada pelos demais atores do espaço e pelo processo decisórios.

Historicamente, os pescadores artesanais sempre tiveram, e continuam tendo, grande conhecimento sobre a estrutura e dinâmica ecossistêmica do que entende como sendo o 'território da pesca'. Eles sabem quais os tipos de ambientes propícios à vida de certas espécies de peixes; conhecem o hábito, o comportamento e a classificação dos peixes; sabem manejar os instrumentos de pesca com propriedade; conseguem identificar os melhores pontos de pesca (identificação dos pesqueiros) (DIEGUES, 1983 e 1995) e reconhecem que a tecnologia utilizada na pesca artesanal é uma forma de intervenção não-predadora se comparada à pesca industrial moderna (VALENCIO e MENDONÇA, 1999; VALENCIO *et al.*, 2003; FURTADO e SIMÕES, 2002).

A tradição no trabalho com a pesca artesanal está refletida nas formas de concepção das coisas do mundo vivido - no tempo e no espaço - pelo pescador, seus pares e sua família. Segundo VALENCIO *et al.* (2003), as características essenciais da pesca estão relacionadas à formulação do conhecimento e habilidades para o exercício da pesca. "O aprendizado da profissão ocorre no âmbito da família, os pais ensinam aos filhos (...)" (VALENCIO, *et al.*, 2003, p.275). Assim, a vida cotidiana possibilita

*conhecimento intuitivo e discursivo* para o homem e para o profissional da pesca. Tal conhecimento passa de geração a geração, reflete as experiências de vida dos antepassados e dos seus contemporâneos e está presente, vivo. Segundo TOLEDO (1990 e 1991), os atos de conceber, perceber e conhecer constituem operações intelectuais dos usuários de recursos naturais no ato de realizar a apropriação da natureza, durante o contado que se tem com a mesma. O conhecimento tradicional contido na pesca artesanal é altamente refinado e acumulado historicamente e seu valor desconhecido de muitos (CORDELL, 1983).

Segundo VALENCIO (2006), para o pescador profissional artesanal, o trabalho é tido como memória que se transmite quase que como num devaneio, tendo orgulho do fazer dos antigos e continuando a fazê-lo com o mesmo orgulho - isto é, como cultura. Assim, segundo a autora, romper com o passado não seria apenas romper com lembranças dos que já se foram, mas de entendimento sobre si, sobre o que ainda é, referido a um lugar e a outras pessoas.

Do ponto de vista pedagógico, o conhecimento tradicional da pesca artesanal pode ser usado como fonte de informações complementares para estudos ecológicos ou como indicador de processos ou alterações no ecossistema não estudados ou verificados pela ciência (POIZAT e BARAN, 1997). Tal conhecimento, e o que ele pode significar numa nova forma para o ordenamento do setor pesqueiro, poderia e deveria ser reconhecido de fato como um aspecto fundamental no planejamento do setor pesqueiro para a gestão de pesca, entre outros. Assim, o etnoconhecimento, incluindo não apenas o conhecimento etnobiológico e etnoecológico, mas também as diferentes formas de apropriação dos recursos pesqueiros, deveriam ser reconhecidas no momento de implementação de propostas e políticas proclamadas 'mais sustentáveis' dos recursos pesqueiros. Dever-se-ia priorizar o pescador profissional artesanal como agente formulador de um novo modelo, participativo, para o setor.

Porém, segundo o *Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Aqüicultura e Pesca* (SEAP, 2003), a inclusão da aqüicultura nas atividades do pescador artesanal supostamente lhe trariam as seguintes vantagens: complementação da renda familiar; possibilidade de dispor de pescado na entressafra da pesca (águas interiores) e na época

de proteção legal aos estoques (aproveitamento da mão-de-obra familiar); desnecessidade da existência ou independência da *estrutura de frio*, uma vez que o pescado (peixe, molusco, crustáceo, etc.) pode ser mantido vivo em seu meio até o momento da entrega ao comprador; obtenção de renda mensal e fixação do homem do seu meio, gerando menos conflitos. Entende-se, assim, que a aqüicultura não deverá ser uma atividade especializada e nem centralizadora, mas complementar à venda obtida do esforço de pesca nos moldes tradicionais e executada dentro do âmbito familiar.

A aqüicultura, tida como alternativa de emprego e renda ao trabalho autônomo do pescador profissional artesanal, ajusta-se em uma racionalidade industrial que limita a compreensão dos fatores ecossistêmicos imbricados, os quais possibilitam ao pescador uma diversidade de interações com o meio, objetivando manter e recriar seu espaço de trabalho. Ao trabalhar de forma artesanal, o pescador utiliza-se da forma autônoma dos meios de produção e do conhecimento tradicional do saber sobre a natureza e seus ciclos e no manejo das técnicas sustentáveis de captura. Dessa forma, a aqüicultura nega as competências do saber tradicional, desde os elementos cognitivos, as habilidades corporais e técnicas, às relações de solidariedade e partilha, entre outras (VALENCIO, 2006).

Enfim, é um modelo formatado para a desconstrução da forma de trabalho da pesca artesanal que valoriza o trabalho alienado e que, na fala produtivista hegemônica, trata o modo de vida da tradição como descartável.

Durante a I Conferência Estadual de Aqüicultura e Pesca de Minas Gerais, realizada nos dias 18 e 19 de outubro de 2003, o representante da SEAP apresentou dados e questionamentos sobre a contribuição da pesca brasileira para as exportações. Segundo ele: *O Brasil até o ano de 2001 importava mais peixe do que vendia. Só em 2001 que nossa balança comercial foi levemente positiva. (...) Nós importamos muito peixe, ou seja, nos podemos ainda aumentar; há muito mercado para peixes no país.*

Nota-se, na fala do representante da SEAP, grande importância e valorização das possibilidades de exportação de pescado brasileiro e, por conseguinte, o incremento da nossa balança comercial com essa atividade econômica. Quanto aos problemas da sustentabilidade pesqueira brasileira, assunto também tratado, tal representante apresentou um

gráfico mostrando a situação da produção de pescado nos diversos setores da pesca brasileira. Mais uma vez, foi valorizada a performance da aqüicultura: *A aqüicultura é o único setor da pesca no Brasil que tem tido um crescimento constante e vultuoso. Enquanto que a pesca costeira e continental estão estabilizadas, a pesca oceânica cresce lentamente, a aqüicultura cresce em passos largos.*

Continuou sua explanação, argumentando que: *Os Problemas Estruturais da Aqüicultura são aqueles que: não existem políticas com visão dos diversos elos das cadeias produtivas das espécies cultivadas; há conflitos de interesses na gestão das águas; dispersão de esforços; carências de mão-de-obra capacitada de modernas técnicas de manejo alimentar, procedimentos sanitários e ambientais; carência de programas de investimento e financiamento de custeio de produção; e insuficiência de alternativas alimentares necessárias para a engorda.*

Assim, se desafios ainda deveriam ser vencidos, na ótica da SEAP, como desestruturar um modo de vida sem garantias sequer de maior segurança material aos trabalhadores?

Os reflexos deletérios dos projetos da modernidade que se dizem alvissareiros já são visíveis no território e são sentidos pelos pescadores artesanais. Por exemplo, do rio São Francisco. Durante a I Conferência de Aqüicultura e Pesca em Minas Gerais, ocorrida no município de Três Marias, a fala da liderança dos pescadores contemplou os problemas ambientais gerados pela poluição industrial e urbana, os problemas gerados pelos agrotóxicos agrícolas, o assoreamento, o desmatamento, entre outros, provocando o que a categoria entendia como sendo a redução dos estoques pesqueiros e, por conseguinte, a piora do meio e modo de vida do pescador profissional artesanal: *"Eu não vejo nenhuma lei realmente nos expulsando do nosso habitat natural. Mas eu vejo sim todos esses fenômenos citados nos diminuindo a cada dia"* (Presidente da Federação dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais, senhor Raimundo Ferreira Marques). O senhor Raimundo representa a Federação dos Pescadores Profissionais do estado de Minas Gerais, congregando as colônias e associações que reúnem contingentes cada vez mais expressivos desses trabalhadores inseridos nos vários rios que cortam aquele estado da federação. Pertencer a uma colônia de pescadores contribui para a criação de um certo sentido de corporação (DIEGUES, 1983). Além de estarem sujeito às mesmas regras, os pescadores quando cadastrados garantem o direito de exercer



legalmente a profissão e, por conseguinte, o acesso e direito à aposentadoria e o seguro-desemprego, na forma do seguro defeso, entre outros, direitos institucionalmente garantidos a outros trabalhadores brasileiros. Assim, é um lugar político desde onde confrontam-se com o Estado que, contudo, traça para os mesmos rumos arbitrários.

O Sr. Raimundo continua, e argumenta sobre a necessidade do Estado e da sociedade agirem com ações concretas além do discurso pronto ou projetos políticos a favor do rio São Francisco: “*Vemos falar em programas de televisão, a mídia sempre está divulgando que no rio São Francisco acabou os peixes. Os peixes não acabaram! O que acabou foi a qualidade da água. E assim também está terminando o seu povo*”. Afirma ele, nenhuma parte do valor que a SEAP vem liberando chegará até o pescador profissional artesanal: “*Nós vemos na realidade, pela cultura que nós temos, que o governo nos colocou um pau-de-sebo com o dinheiro lá em cima. Aquele que conseguir subir realmente vai ter o recurso, mas muitos vão ficar olhando o recurso e não vão ter condições de colar a mão*”.

Logo, o atual projeto de formulação de políticas públicas para o setor pesqueiro no Brasil está imbuído de valores de uma visão de modernidade unidimensional, nos moldes da modernização constituída pelo projeto de desenvolvimento de outros países, o que é distintivo da realidade social, econômica, cultural e política nacional.

Valorizar o conhecimento tradicional no processo de produção de políticas públicas na área da pesca significa a interpenetração do tradicional e do moderno – a relação entre eles não é dicotômica, é dialética. Num pólo, o esforço de harmonização da vida cotidiana aos ritmos e ciclos da natureza; no outro, a racionalidade do mercado e do tempo cronológico ritmados pelas relações sociais e de produção vigentes da sociedade macroenvolvente. Só o tempo dirá quais sínteses foram possíveis realizar desse confronto.

## CONCLUSÃO

No discurso oficial da primeira gestão do governo Lula, em 2003, no momento da criação da SEAP, a política nacional para o setor pesqueiro brasileiro deveria se fundamentar em três pontos: a sustentabilidade social, econômica e ambiental.

No que tange a sustentabilidade social, houve desconsideração ao modo de vida da pesca e ao conhecimento complexo do ecossistema aquícola

oriundo dos saberes sociais do trabalho artesanal. A capacitação dos pescadores, adequando-os ao modelo de modernização em curso, emerge na dissolução da sociabilidade fundada na tradição.

A sustentabilidade econômica e ambiental objetivando, no discurso institucional da SEAP, a preservação dos recursos pesqueiros e a qualidade das águas com competitividade dos produtos aquícolas, ainda está por ser confirmada, pois as escalas e riscos que a modernidade impõe trazem novas vulnerabilidades ao setor.

O Estado brasileiro, mesmo com a carga de racionalidade instrumental que possui, ao insistir no projeto de modernização do setor pesqueiro não percebe que esse modelo está tomado por uma visão mutiladora da vida.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERKES, F. 1997 *Two to tango: the role of government in fisheries co-management*. Manitoba, CA.
- CORDELL, J. 1983 *Locally managed sea territories in Brazilian coastal fishing*. FAO. Roma. 65p.
- CÓDIGO de Conducta para la Pesca Responsable. 1995 *Conferencia da FAO: Outubro de 1995*. Disponível em <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em 03 mar. 2006.
- DIEGUES, A.C. 1983 *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. SP: Ática.
- DIEGUES, A.C. 1995 *Povos e Mares: Leituras em Sócio- Antropologia Marítima*. São Paulo, NUPAUB-USP.
- FAIRCLOUGH, N. 1995. *Critical Discourse Analysis*. Harlow: Longman Group UK Limited.
- FAIRCLOUGH, N 1989 *Language and Power*. Harlow: Longman Group UK Limited.
- FREYRE, Gilberto. 1945 *Sociologia*. RJ, Livraria José Olympio Editora. 275p.
- FURTADO, L. G.; SIMÕES, J. 2002 *Iconografia da Pesca Ribeirinha e Marítima na Amazônia*. Museu Goeldi. 146p.
- GIDDENS, Anthony. 1991 *As Conseqüências da Modernidade*. SP: Ed. Unesp.
- GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. 1997 *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social*

- moderna. São Paulo: Editora da UNESP. 264p.
- LIMA, R. K. de; PEREIRA, L. F. 1997 *Pescadores de Itaipu. Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do RJ*. NiterUi: EDUFF.
- POIZAT, G.; BARAN, E. 1997 Fishermen's knowledge as background information in tropical fish ecology: a quantitative comparison with fish sample results. *Environmental Biology of Fishes*, n.50. p.435-449.
- SEAP. 2003 *Projeto Político-Estrutural*. Disponível em: <http://200.252.165.21/seap/html/projetopolitico.htm>>. Acesso em 02 de jul. 2003.
- SOUSA SANTOS, B. 2007 *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura\\_dh.htm](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_dh.htm). Acesso em: 15 fev. 2007.
- SPERANDIO, L. M. *Criação de Tilápias em Tanque-rede*. Disponível em: <http://www.ccinet.com.br>. Acesso em 03 jul. 2003.
- TAVARES, M. C. 2000 Política e economia na formação do Brasil contemporâneo. In: *Revista Teoria de Debate*. Editora Fundação Perseu Abramo. No. 44 abr/maio/junho de 2000. p.19-24.
- TOLEDO, V.M. 1990 *La perspectiva etnoecológica: cinco reflexiones acerca de las "ciencias campesinas" sobre la naturaleza com especial referencia a México*. *Ciencias Especial* 4. p.22-29.
- TOLEDO, V.M. 1991 *El juego de la supervivencia: un manual para la investigación etnoecológica en Latinoamérica*. University of Berkeley, California. 75 p.
- TONNIES, F. 1973 *Comunidade e Sociedade como entidades típico-ideais*. In: FERNANDES, F. (org.) - *Comunidade e Sociedade*. SP: Cia Ed. Nacional. p.96-116.
- VALENCIO, N.F.L.S.; MENDONÇA, S.A T. 1999 Impactos do processo de interiorização do desenvolvimento paulista sobre as condições de vida e trabalho do pescador- barrageiro. São Carlos: *Revista Teoria e Pesquisa*, n 24-27 ( Água e Cidadania), dez, 1999. p.109-148
- VALENCIO, N. F. L. S.; MENDONÇA, S. A. T.; MARTINS, R. C. 2003 Da Tarrafa ao Tanque-rede: o Processo Político-institucional de Extinção de uma Categoria de Trabalhadores das Águas. In: